



EXERCÍCIO 2024

A APRECIACÃO DA
**PRESTAÇÃO
DE CONTAS**

DO GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Parecer prévio simplificado
Relatora Conselheira Doris de Miranda Coutinho



EXERCÍCIO 2024

A APRECIAÇÃO DA
**PRESTAÇÃO
DE CONTAS**
DO GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Parecer prévio simplificado
Relatora Conselheira Doris de Miranda Coutinho

PROCESSO N° 5114/2025
Palmas, 2025



FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Conselheiro José Ribamar Meneses (TCETO)

C871a Coutinho, Doris de Miranda, Cons. Relatora
Apreciação da Prestação de Contas do Governo do Estado do Tocantins 2024 - Parecer Prévio simplificado.
[recurso eletrônico] / Doris de Miranda Coutinho - Conselheira-Relatora. --- Palmas, TO: TCE-TO, 2025.
E-book: PDF (94 p.): il., color.
Disponível em: <https://www.tceto.tce.br>
(Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO))

1. Prestação de contas - Tocantins - 2024. 2. Governo do Estado - Tocantins - 2024. 3. Administração pública - Controle. I. Tocantins. Tribunal de Contas. II. Título.

CDD 352.8
CDU 351.94

Catalogação na publicação: SMS-CRB-2/635

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS - TCETO

Alberto Sevilha
Presidente

Doris de Miranda Coutinho
Vice-presidente

José Wagner Praxedes
Corregedor

André Luiz de Matos Gonçalves
Diretor do Instituto de Contas

Manoel Pires dos Santos
Ouvidor

Napoleão de Souza Luz Sobrinho
Presidente 1ª Câmara

Severiano José Costandrade de Aguiar
Presidente 2º Câmara

Oziel Pereira dos Santos
**Procurador-Geral do Ministério Público
de Contas do Tocantins**

Realização

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins - TCETO

Idealização e Coordenação Geral

Conselheira Doris de Miranda Coutinho

Elaboração

Joana Dark de Souza

João Paulo Castelo Branco Pinheiro

João Paulo Landin Macedo

Kássio Inácio Monteiro de Moraes

Fernando Augusto Matte Garcia

Produção Textual

Wanessa Botelho

Colaboradores

Rodrigo Koster

Ronaldo Cordeiro

Assessoria de Comunicação

Dhenia Gherardt

Projeto Gráfico e Diagramação

Fábio Ferreira

SUMÁRIO

Apresentação	06
Qual é o papel do TCETO?	08
Ciclo do Orçamento Público	16
De onde vem o nosso dinheiro?	20
Para onde vai o nosso dinheiro?	29
Balanço orçamentário e patrimonial	50
Limites de gastos	66
Gastos com áreas essenciais	78
Apontamentos do TCETO	91

APRESENTAÇÃO

Este e-book foi elaborado com o propósito de apresentar, de forma clara e acessível, um panorama da situação econômica e fiscal do Estado do Tocantins, destacando seus avanços, desafios e oportunidades de desenvolvimento.

Aqui, tem dados oficiais sobre receita, despesas, investimentos sociais, exportações, competitividade e indicadores de gestão, de modo simplificado, para você compreender como os recursos públicos estão sendo arrecadados, aplicados e administrados.

Ao analisar essas informações, o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO) reforça a importância de fortalecer uma gestão pública eficiente, baseada em resultados e orientada para o planejamento de médio e longo prazo. A transparência e a clareza das informações não são apenas obrigações legais, mas condições essenciais para que a população participe do controle social e acompanhe de perto como o dinheiro público está sendo utilizado.

Monitorar metas, ampliar mecanismos de transparência, aperfeiçoar a qualidade das políticas públicas e garantir relatórios objetivos são passos fundamentais para evitar desperdícios, melhorar o uso dos recursos e assegurar que os investimentos realizados retornem em benefícios reais para a população — **especialmente nas áreas de saúde, educação, infraestrutura e desenvolvimento social.**

Ao compartilhar este material, o **TCETO reafirma seu compromisso com uma administração pública responsável, moderna e centrada nas necessidades do cidadão.** Que este conteúdo possa apoiar gestores, estudantes, pesquisadores e a sociedade como um todo na construção de um Estado mais sustentável, competitivo e socialmente justo.



QUAL É O PAPEL DO TCETO?



O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** é um órgão previsto na Constituição e tem a responsabilidade de fiscalizar como o dinheiro público é arrecadado, administrado e gasto. Sua atuação não se limita à contabilidade dos números: ele analisa a gestão pública como um todo, garantindo que os recursos cheguem onde devem chegar e produzam resultados para a população.

Todos os anos, o **Tribunal examina as contas do governador** e emite um **parecer prévio**, que pode recomendar aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição. Esse parecer é obrigatório e serve como base para que a Assembleia Legislativa tome a decisão final sobre as contas. Assim, o TCETO auxilia diretamente na responsabilização e transparência da gestão pública.



No entanto, o papel do Tribunal vai muito além desse parecer. Entre suas principais funções estão:

- Verificar a legalidade dos gastos: garantindo que cada despesa pública tenha fundamento legal e atenda ao interesse coletivo.
- Acompanhar o cumprimento dos limites constitucionais: como os investimentos mínimos em saúde e educação e o controle das despesas com pessoal.
- Analisar a dívida pública e a política fiscal: observando se o Estado está gastando mais do que arrecada e se mantém equilíbrio financeiro.
- Monitorar indicadores sociais e econômicos: conectando o orçamento à vida real das pessoas, para avaliar se as políticas públicas estão alcançando seus objetivos.

Ao unir análise técnica, controle jurídico e acompanhamento de resultados, o TCETO contribui para uma administração pública mais transparente, equilibrada e eficiente. Sua atuação fortalece a confiança da sociedade no uso dos recursos públicos e ajuda a garantir que o dinheiro do cidadão seja aplicado de forma responsável, gerando melhorias concretas na qualidade de vida.

PAPEL DO TRIBUNAL DE CONTAS

Depois que o governador entrega as contas, elas vão para o Tribunal de Contas do Estado (TCE), que analisa tecnicamente as contas e emite um parecer, dizendo se elas devem ser:

- ✓ **Aprovadas,**
- ✓ **Aprovadas com ressalvas** (quando há falhas que precisam ser corrigidas), ou
- ✗ **Rejeitadas** (quando existem irregularidades graves).

Essa análise deve ser entregue até **3 de junho** (artigo 71, inciso I da Constituição). Nela, o Tribunal pode fazer recomendações, observações ou determinações para que os problemas encontrados sejam corrigidos.



PAPEL DO TRIBUNAL DE CONTAS

Após o parecer do Tribunal de Contas, as contas são enviadas à Assembleia Legislativa. Os deputados são os responsáveis por julgar as contas do Governador, conforme o artigo 49, inciso IX da Constituição.

Ou seja:

- **O Tribunal de Contas não julga, ele orienta com um parecer técnico.**
- **Quem julga é o Legislativo.**

ETAPAS	Quem faz?	O que faz?	Quando?
Prestação de contas	Governador	Mostra como gastou o dinheiro	Até 02/04
Análise técnica	Tribunal de Contas	Emite parecer indicando aprovação ou rejeição	Até 03/05
Julgamento final	Assembleia Legislativa	Decide oficialmente se aprova ou rejeita	Durante o ano

PROCESSO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O governador deve enviar todas as informações sobre a administração do dinheiro público para a Assembleia Legislativa, que é quem julga a prestação de contas. Para orientar esse julgamento, o Tribunal de Contas analisa esse balanço financeiro, um documento que possui todas as informações contábeis e socioeconômicas do Estado, e emite um parecer prévio, que pode recomendar para os deputados a aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição das contas. Esse parecer é opinativo, mas obrigatório, e serve de base para que a Assembleia Legislativa julgue as contas do governador.

O processo de prestação de contas tem várias etapas e envolve diversos órgãos de controle. Esta refere-se a 2024, segundo ano de mandato concluído do governador Wanderlei Barbosa Castro.



PASSO A PASSO

01

ENTREGA

Prestação de contas é entregue ao TCETO

02

INFORMAÇÃO/ACOMPANHAMENTO

Todas as partes envolvidas, tanto do TCETO, quanto do Ministério Público de Contas (MPC-TO) são informados da entrega da prestação de contas e podem acompanhar o processo ao longo da sua tramitação

03

ANÁLISE

Auditores do TCETO analisam os documentos recebidos e elaboram relatório

04

RELATÓRIO TÉCNICO

Relator encaminha relatório técnico ao Governo do Estado

05

MANIFESTAÇÃO

Governador se manifesta quanto ao relatório

06

RELATÓRIO COMPLEMENTAR

Auditores do TCETO elaboram relatório complementar

07

PARECER MPC-TO

MPC-TO emite parecer

08

PARECER DO RELATOR

Relator examina relatório técnico, manifestação do governador e parecer do MPC-TO e elabora relatório e proposta de conclusão de parecer prévio

09

PARECER DO CONSELHO

Conselheiros do Tribunal se manifestam quanto à proposta de conclusão de parecer prévio do relator

10

ENCAMINHAMENTO

TCETO emite o Parecer Prévio em sessão plenária e, depois, encaminha o processo à Assembleia Legislativa

11

JULGAMENTO

Após a emissão do Parecer Prévio pelo TCETO, a Assembleia Legislativa julga as contas de governo

CICLO DO ORÇAMENTO PÚBLICO



CICLO DO ORÇAMENTO PÚBLICO

Tudo começa com o planejamento de como o governo vai arrecadar e gastar o dinheiro ao longo do ano. O **orçamento público é feito em etapas, que funcionam como um ciclo contínuo.**



1. Proposta

Tudo começa quando o governador envia uma proposta de orçamento para a Assembleia Legislativa analisar. Esse orçamento reúne os gastos de todos os órgãos do Estado e é feito com base em três leis:

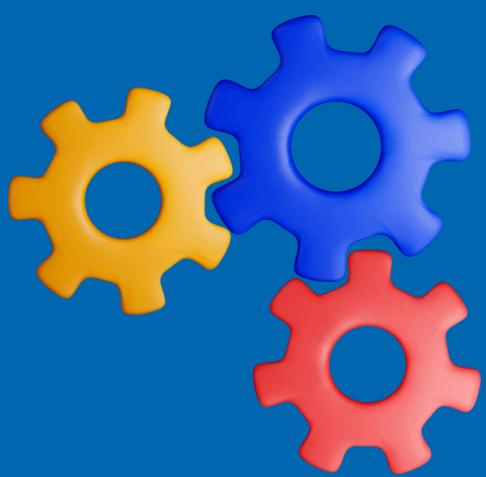
- **PPA (Plano Plurianual):** planejamento para 4 anos.
- **LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias):** orienta como o orçamento deve ser feito.
- **LOA (Lei Orçamentária Anual):** define o que será gasto no ano seguinte.

2. Votação



Os deputados analisam a proposta e podem sugerir mudanças, como adicionar recursos para áreas específicas (as chamadas emendas). Depois, a proposta é votada. Se for aprovada, volta para o governador assinar. Assim, o orçamento passa a valer e pode ser colocado em prática.

3. Execução



Nesta etapa, o governo coloca o orçamento em ação: arrecada os recursos (como impostos) e realiza os gastos planejados.

4. Prestação



No fim do período, o governo apresenta um relatório mostrando como o dinheiro foi usado e quais resultados foram alcançados. Essas informações são avaliadas pelo Tribunal de Contas e também são importantes para a população acompanhar e cobrar melhorias.



Por que isso é importante?

O dinheiro é de todos nós e esse orçamento define como ele será usado. Entender esse ciclo ajuda a população a participar, cobrar e acompanhar o funcionamento do governo.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Quando o governo termina o ano de execução do orçamento, chega o momento de prestar contas. Isso significa mostrar como o dinheiro público foi usado e quais resultados foram alcançados nas políticas públicas.

A Constituição do Estado do Tocantins determina que o governador deve apresentar essas contas até o dia 2 de abril do ano seguinte (Artigo 84, Inciso XXIV). Esse é o momento em que o governo informa como gastou o dinheiro e quais ações e serviços foram realizados.

DE ONDE
VEM O
NOSSO
DINHEIRO



CENÁRIO ECONÔMICO DO ESTADO

Vamos contextualizar a atual situação financeira e econômica do Tocantins, **um Estado que tem buscado consolidar sua posição entre as economias emergentes do país.**



A nossa população está estimada em cerca de 1,58 milhão de habitantes e uma renda per capita de R\$1.737. Embora esteja entre os estados de menor população, o volume de receitas brutas realizadas em 2023 ultrapassou R\$ 20,8 bilhões, indicando uma capacidade de geração de recursos consistente em relação ao tamanho de sua economia.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no mercado de trabalho, o Estado apresentou um dos melhores desempenhos recentes da região. Em 2024, registrou a segunda menor taxa de desemprego entre Norte e Nordeste, com 6,4%, atrás apenas de Rondônia, que marcou 3,1%. Esse dado sugere um ambiente de atividades econômicas relativamente aquecido, sustentado, principalmente, pelo setor agropecuário e pela administração pública — essa última ainda é responsável por parte significativa do emprego formal no estado.



No **Ranking de Competitividade dos Estados**, o **Tocantins ocupa a 18^a posição, mas apresenta desempenho acima da média nacional nos indicadores Potencial de Mercado e Capital Humano, ficando em 2º lugar nesse parâmetro**. Isso revela um estado jovem, em expansão demográfica, e com força de trabalho contínua, características típicas de economias que tendem a crescer mais a médio prazo.



Outro fator importante da economia tocantinense é o comércio exterior. O Estado foi o 3º maior exportador da Região Norte e o 15º do Brasil, movimentando US\$ 2,5 bilhões em vendas externas, o que corresponde a 0,8% do total exportado pelo país, com a pauta de exportação fortemente ancorada no agronegócio:

- **Soja** responde por **54%** das exportações;
- **Milho**, por **7,4%**.



Já a indústria de transformação tem participação de 32,2% na pauta, puxada principalmente pela carne bovina (18%) e pelo farelo de soja (7%). Os destinos dos produtos também seguem a lógica do agronegócio brasileiro: China aparece como principal compradora, com 47% do total exportado; seguida por países europeus e do Oriente Médio, como Espanha, Suíça, Egito e Turquia — este último, importador estratégico de alimentos.



A **prestaçāo de contas feita pelo governador mostra como os recursos do orçamento do Estado foram distribuídos entre os órgāos e fundos pùblicos.** Isso ajuda a entender quanto cada área recebeu para realizar suas ações e políticas.

Planejamento e responsabilidade fiscal:

Quando o orçamento é distribuído dessa forma, cada órgão ou fundo pode definir suas metas e prioridades. Isso ajuda a usar o dinheiro de maneira mais eficiente e sem desperdício. Além disso, cada área passa a ser responsável pelo que foi entregue com os recursos recebidos.

Transparéncia no uso do dinheiro pùblico:

Dividir e mostrar claramente quanto cada órgão recebeu facilita o controle da população e a fiscalização do Tribunal de Contas. Assim, fica mais fácil acompanhar como o dinheiro público está sendo gasto e cobrar resultados.



Guarde essa ideia

Ao conhecer essa distribuição, temos uma visão geral de quais áreas receberam mais recursos e onde o governo está priorizando suas ações.

ARRECADAÇÃO E GASTOS DO DINHEIRO PÚBLICO

O Estado **planejou arrecadar 14,5 bilhões** de reais, mas ao final do ano **conseguiu arrecadar 17,7 bilhões** de reais. Ou seja, entrou mais dinheiro do que o previsto inicialmente.



Essa arrecadação veio de:

- **Transferências federais:** 47,78% (recursos enviados pelo Governo Federal ao Estado)
- **Tributos estaduais:** 31,71% (como ICMS, IPVA, etc.)
- **Contribuições:** 13,9%
- **Exploração do patrimônio do Estado:** 4,94% (aluguéis, concessões, etc.)
- **Serviços e outras receitas:** 1,46%

Já do lado dos gastos, o Estado havia planejado despesar 14,1 bilhões, mas ao longo da execução, as despesas chegaram a 17 bilhões, e desse total 16,7 bilhões foram pagos de fato.

A composição das despesas mostra que a maior parte do dinheiro foi usada para pagamento de pessoal e outras despesas administrativas, totalizando 15,6 bilhões de reais (92% do total).

Enquanto isso, os investimentos — ou seja, recursos destinados a obras, melhorias, compra de equipamentos e desenvolvimento — ficaram em 1,4 bilhão de reais (8%).

Por que isso é importante?



O gasto com investimentos foi muito baixo - apenas 8% do total — e dentro desse valor, 318 milhões de reais foram para pagar a previdência de servidores. Isso significa que sobrou pouco para obras, aquisição de veículos, ampliação de serviços públicos ou manutenção de estruturas do Estado.

Em outras palavras, a capacidade de realizar melhorias e expandir serviços ficou limitada.

Apesar de uma pauta exportadora concentrada, o Tocantins tem ampliado sua rede empresarial voltada ao comércio internacional. **Hoje, são 50 empresas exportadoras ativas.** Um dado relevante é que **22% delas são MEIs**, micro ou pequenas empresas, indicando que o Estado começa a diversificar o perfil exportador além das grandes corporações do agro.

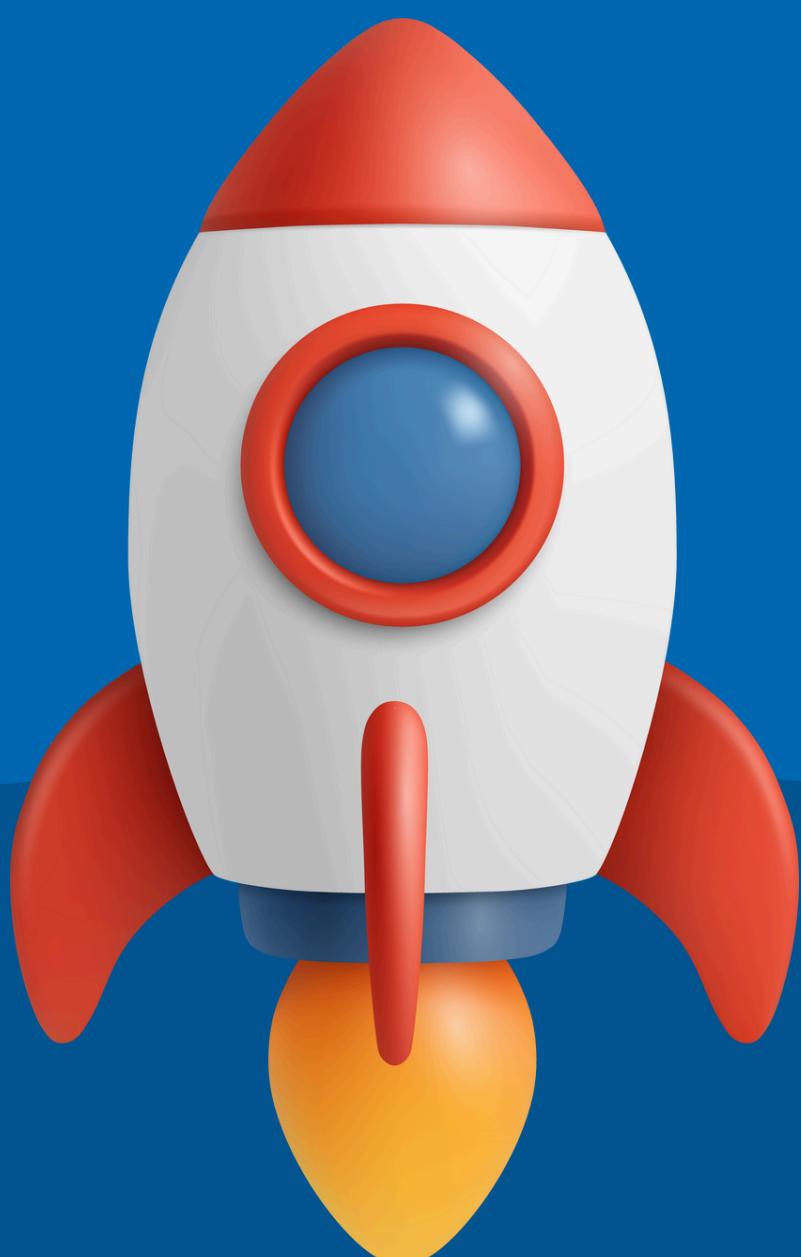
As **médias e grandes empresas**, no entanto, ainda **representam 78%** desse universo, o que reforça o papel central das cadeias estruturadas de produção vegetal e pecuária como motores econômicos



O Tocantins vive, portanto, um momento de transição:

- **mantém vantagens competitivas claras em agricultura e pecuária;**
- **melhora indicadores sociais e de emprego;**
- **mostra avanços no ambiente de competitividade;**
- **expande sua base exportadora para novos perfis empresariais.**

Se conseguir ampliar a industrialização local, agregar valor à produção primária e fortalecer sua infraestrutura logística — especialmente integração ferroviária e eficiência portuária — o **Tocantins pode converter potencial em crescimento sustentado, emprego de qualidade e aumento de renda.**



**PARA
ONDE VAI
O NOSSO
DINHEIRO**



O orçamento do Estado foi distribuído entre diferentes áreas e órgãos. Isso mostra quais setores receberam mais recursos para manter serviços públicos funcionando.



A Secretaria da Educação (SEDUC) teve 2 bilhões e 132 milhões de reais, (14% do orçamento). Escolas, professores, merenda, transporte escolar e melhorias na educação.



A Secretaria da Saúde (SESAU) recebeu 2 bilhões e 262 milhões de reais (15% do orçamento). Hospitais, unidades de saúde, compra de medicamentos e atendimento à população.



Os Recursos do Planejamento somaram 941 milhões de reais (6,5% do orçamento). Organizar investimentos e prioridades do governo.



O Fundo Previdenciário recebeu 1 bilhão e 303 milhões de reais (9% do orçamento). Pagamento das aposentadorias e pensões dos servidores públicos.



A Agência de Transportes e Obras (AGETO) recebeu 810 milhões de reais (5,5% do orçamento). Construção e manutenção de estradas e obras públicas.



O Tribunal de Justiça contou com 720 milhões de reais, (4,9% do orçamento). Funcionamento do Judiciário.



A Polícia Militar (PM-TO) recebeu 658 milhões de reais (4,5% do orçamento). Segurança e proteção da população.



A Secretaria de Segurança Pública (SSP/TO) teve 528 milhões de reais (3,6% do orçamento). Investigações, perícias e policiamento.



A Secretaria da Fazenda (SEFAZ) recebeu 403 milhões de reais (2,7% do orçamento). Gestão financeira do Estado.



A Assembleia Legislativa recebeu 359 milhões de reais (2,4% do orçamento). Atividade dos parlamentares.



Outro Fundo de Previdência recebeu 358 milhões de reais (2,5% do orçamento).

Garantia de benefícios aos servidores.



O Fundo de Saúde dos Servidores contou com 347 milhões de reais (2,5% do orçamento). Atendimento e assistência de saúde aos servidores do Estado.



O Fundo de Proteção Social dos Militares recebeu 339 milhões de reais (2,3% do orçamento). Benefícios e garantias dos militares estaduais.



A Secretaria de Administração (SECAD) contou com 287 milhões de reais (2% do orçamento). Organização e estrutura do governo.



A Agência de Defesa Agropecuária (ADAPEC) teve 170 milhões de reais (1,1% do orçamento). Fiscalização e controle sanitário de produtos agropecuários.



A Procuradoria-Geral de Justiça (MPE/TO) recebeu 276 milhões de reais (1,9% do orçamento). Defesa da sociedade e no combate a crimes e irregularidades.



A Procuradoria-Geral do Estado (PGE/TO) teve 229 milhões de reais (1,5% do orçamento). Representa juridicamente o Estado.



O Tribunal de Contas (TCETO) recebeu 207 milhões de reais (1,4% do orçamento). Fiscalização do uso do dinheiro público.



A Defensoria Pública (DPE/TO) contou com 195 milhões de reais (1,3% do orçamento). Atendimento jurídico gratuito.



A Secretaria de Cidadania e Justiça recebeu 180 milhões de reais (1,2% do orçamento). Proteção de direitos e gestão do sistema penal.



O Fundo de Desenvolvimento Rural teve 68 milhões de reais (0,4% do orçamento). Apoio a agricultores e promoção de melhorias na produção rural.



O Fundo de Modernização do Judiciário recebeu 161 milhões de reais (1,1% do orçamento). Melhoria da tecnologia e estrutura da Justiça.



O Departamento de Trânsito (DETRAN) contou com 152 milhões de reais (1% do orçamento). Fiscalização, registro de veículos e educação no trânsito.



A Secretaria do Turismo teve 117 milhões de reais (0,8% do orçamento). Divulgar e fortalecer o turismo.



A Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) recebeu 113 milhões de reais (0,7% do orçamento). Ensino superior público e formação de profissionais.



O Corpo de Bombeiros (CBM/TO) recebeu 347 milhões de reais (2,5% do orçamento). Ações de resgate, combate a incêndios, defesa civil e atendimento de emergências.



O Fundo de Cultura contou com 96 milhões de reais (0,6% do orçamento). Apoio a artistas, projetos culturais, patrimônio e eventos locais.



O Fundo de Desenvolvimento Econômico recebeu 71 milhões de reais (0,4% do orçamento). Incentivo a novos negócios e fortalecimento da economia.



O Fundo de Segurança Pública recebeu 44 milhões de reais (0,3% do orçamento). Ações de proteção e policiamento.



Os recursos da Secretaria da Fazenda somaram 49 milhões de reais (0,3% do orçamento). Gestão financeira e arrecadação do Estado.



O Fundo para Emendas Parlamentares recebeu 49 milhões de reais (0,3% do orçamento). Projetos e melhorias indicados pelos deputados estaduais.



A Agência de Saneamento (ATS) contou com 46 milhões de reais (0,3% do orçamento). Ampliação e manutenção de sistemas de água e esgoto.



O Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS) recebeu 45 milhões de reais (0,3% do orçamento). Ações de preservação ambiental e fiscalização.



A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social teve 44 milhões de reais (0,3% do orçamento). Assistência social e programas de apoio a famílias.



A Secretaria de Comunicação (SECOM) contou com 40 milhões de reais (0,3% do orçamento). Comunicação institucional e campanhas públicas.



A Secretaria de Esporte e Juventude recebeu 39 milhões de reais (0,2% do orçamento). Projetos esportivos, apoio a atletas e ações voltadas para jovens.



A Secretaria de Agricultura e Pecuária recebeu 71 milhões de reais (0,4% do orçamento). Apoio a produtores rurais, produção de alimentos e incentivo à pecuária.



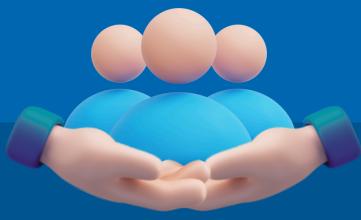
O Instituto de Terras (INTERTINS) recebeu 35 milhões de reais (0,2% do orçamento). Regularização de terras e apoio a pequenos proprietários rurais.



O Fundo do Meio Ambiente contou com 32 milhões de reais (0,2% do orçamento). Ações de preservação ambiental e combate ao desmatamento.



A Secretaria Executiva da Governadoria recebeu 30 milhões de reais (0,2% do orçamento). Apoio administrativo da gestão estadual.



O Fundo para Erradicação da Pobreza recebeu 28 milhões de reais (0,2% do orçamento).
Apoio à famílias em situação de vulnerabilidade.



A Agência de Tecnologia da Informação recebeu 26 milhões de reais (0,2% do orçamento).
Modernização digital e de sistemas.



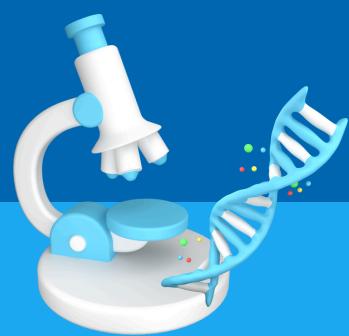
O Fundo de Transporte recebeu 25 milhões de reais (0,2% do orçamento).
Manutenção e melhorias no transporte público e logístico.



A Secretaria de Cultura recebeu 22 milhões de reais (0,1% do orçamento). Ações culturais, eventos e apoio a artistas.



O Fundo dos Atos de Registro Civil (FUNCIVIL) recebeu 22 milhões de reais (0,1% do orçamento).
Garantia de documentos essenciais como certidões de nascimento e casamento.



O Fundo de Ciência e Tecnologia recebeu 21 milhões de reais (0,1% do orçamento). Desenvolvimento de pesquisas, inovação e parcerias científicas.



A Casa Militar recebeu 18 milhões de reais (0,1% do orçamento). Apoio logístico e segurança institucional do governo.



O Fundo de Defesa Agropecuária recebeu 18 milhões de reais (0,1% do orçamento). Ações de vigilância e proteção sanitária no campo.



A Secretaria de Planejamento (SEPLAN) contou com 16 milhões de reais (0,1% do orçamento). Organização e planejamento do governo.



A Controladoria-Geral do Estado (CGE) recebeu 14 milhões de reais (0,1% do orçamento). Fiscalização de processos e prevenção de irregularidades na administração pública.



A Agência Tocantinense de Regulação (ATR) também recebeu 14 milhões de reais (0,1% do orçamento). Regulação de tarifas e serviços públicos.



A Secretaria do Meio Ambiente teve 13 milhões de reais (0,09% do orçamento). Ações de preservação e políticas ambientais.



A Agência de Metrologia, Inovação e Tecnologia recebeu 13 milhões de reais (0,09% do orçamento). Garantia da qualidade e fiscalização de produtos e medidas.



O Fundo para o Consumidor (PROCON) recebeu 12 milhões de reais (0,09% do orçamento). Defesa dos direitos do consumidor.



A Junta Comercial (JUCETINS) contou com 11 milhões de reais (0,08% do orçamento). Abertura de empresas e registro de atividades econômicas.



O Fundo de Recursos Humanos e Patrimônio recebeu 10 milhões de reais (0,07% do orçamento). Administrar servidores e bens públicos.



A Secretaria da Indústria, Comércio e Serviço contou com 8 milhões de reais (0,05% do orçamento). Incentivo a negócios e empreendimentos.



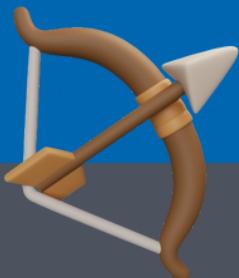
A Secretaria da Mulher recebeu 7 milhões de reais (0,05% do orçamento). Políticas públicas de proteção, acolhimento e promoção de direitos das mulheres.



A Agência de Mineração (AMETO) recebeu 6 milhões de reais (0,05% do orçamento). Regular e fiscalizar atividades de mineração.



O Fundo de Recursos Hídricos recebeu 6 milhões de reais (0,04% do orçamento). Ações de cuidado, preservação e uso sustentável da água.



A Secretaria dos Povos Originários também recebeu 6 milhões de reais (0,04% do orçamento). Políticas de proteção, apoio e fortalecimento das comunidades indígenas.



A Secretaria de Pesca e Aquicultura recebeu 6 milhões de reais (0,04% do orçamento). Incentivo à produção de pescado e pescadores.



A Casa Civil contou com 5 milhões de reais (0,04% do orçamento). Coordenação e administração central do governo.



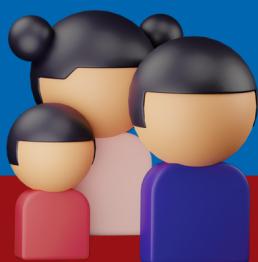
O Fundo Penitenciário recebeu 4 milhões de reais (0,03% do orçamento). Manutenção e melhorias do sistema prisional.



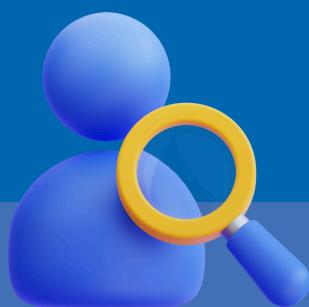
O Fundo de Modernização do Ministério Público também recebeu 4 milhões de reais (0,03% do orçamento). Modernizar estruturas e sistemas de trabalho.



A Secretaria de Parcerias e Investimentos recebeu 4 milhões de reais (0,03% do orçamento). Coordenar projetos com empresas, organizações e governos.



O Fundo de Assistência Social recebeu 3 milhões de reais (0,02% do orçamento). Apoiar famílias em situação de vulnerabilidade.



O Fundo de Modernização do Tribunal de Contas contou com 3 milhões de reais (0,02% do orçamento). Sistemas e processos de fiscalização.



O Fundo de Fardamento da Polícia Militar recebeu 2 milhões de reais (0,01% do orçamento). Aquisição de uniformes e equipamentos.



O Fundo de Modernização da Polícia Militar recebeu 2 milhões de reais (0,01% do orçamento). Tecnologia e infraestrutura da corporação.



O Fundo de Compensação também recebeu 2 milhões de reais (0,01% do orçamento). Usado para equilibrar despesas entre áreas do governo.



O Fundo de Apoio à Moradia Popular teve 360 mil reais (0,01% do orçamento). Projetos de moradia para famílias de baixa renda.



O Fundo de Segurança dos Magistrados recebeu 460 mil reais (0,01% do orçamento). Garante proteção e segurança dos juízes e servidores do Judiciário.



O Fundo de Economia Solidária recebeu 96 mil reais (0,01% do orçamento). Apoio a iniciativas de trabalho coletivo.



O Fundo Rotativo recebeu 300 mil reais (0,01% do orçamento). Despesas pequenas e urgentes do governo.



O Fundo de Desenvolvimento do Turismo recebeu 50 mil reais (0,01% do orçamento). Incentivar atividades turísticas e culturais.



O Fundo de Proteção e Defesa Civil contou com 24 mil reais (0,01% do orçamento). Situações de emergência e ações preventivas.

APONTAMENTOS IMPORTANTES

1. Investimento em ciência e tecnologia ainda é baixo

O investimento em áreas como ciência, tecnologia e inovação, que ajudam no crescimento econômico e no desenvolvimento do Estado, ainda é muito pequeno — menos de 0,5% do orçamento. O que indica que é preciso fortalecer ações que estimulem pesquisa, inovação e modernização.

2. Grande parte do orçamento é usada para pagar aposentadorias e pensões

Quase 14% do orçamento do Tocantins foi usado para pagar aposentadorias e pensões, ultrapassando 2 bilhões de reais. Com o envelhecimento dos servidores públicos, é essencial monitorar a saúde financeira da previdência, para garantir que esses pagamentos continuem sendo possíveis no futuro.





como do dinheiro foi gasto

Os programas abaixo mostram onde o Estado investiu a maior parte dos recursos públicos ao longo do ano. Eles representam áreas essenciais para o funcionamento do governo e para o atendimento da população.



Manutenção do Poder Executivo: 9,2 bilhões de reais (52% do total). Funcionamento da administração pública, incluindo salários, contratos e serviços necessários ao governo.



Fortalecimento da Educação: 2,3 bilhões de reais (12,95% do total). Destinados à educação, incluindo escolas, professores, merenda, transporte escolar e programas educacionais.



Tocantins cuidando da Saúde: 1,3 bilhão de reais (7,74% do total). Usado para hospitais, postos de saúde, medicamentos e atendimento à população.



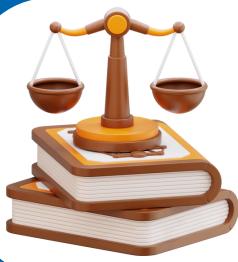
Manutenção do Poder Judiciário: 939 milhões de reais (5,3% do total). Funcionamento da Justiça.



Infraestrutura e Logística: 873 milhões de reais (4,92% do total). Estradas, transporte e obras estruturais.



Política de saúde para servidores do Estado: 620 milhões de reais (3,5% do total). Destinados ao cuidado de saúde dos servidores públicos.



Manutenção do Poder Legislativo: 407 milhões de reais (2,3% do total). Funcionamento da Assembleia Legislativa.



Segurança Cidadã: 293 milhões de reais (1,66% do total). Policiamento, prevenção e proteção da população.



Manutenção do Ministério Público: 277 milhões de reais (1,57% do orçamento). Atuação de promotores e defesa do interesse público.



Outras despesas com programas: 1,39 bilhão de reais (7,87% do orçamento). Diversas áreas e ações do Estado.



Apontamento Importante

Alguns programas sociais, como Assistência Social, Direitos Humanos, Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Desenvolvimento Urbano, tiveram menos da metade do valor previsto realmente executado. Isso mostra que, ao longo do ano, houve mudanças no orçamento e que alguns investimentos planejados não foram realizados

Por isso, o Tribunal de Contas destaca que é necessário justificar essas alterações, para garantir transparência e responsabilidade no uso do dinheiro público.

EMENDAS PARLAMENTARES

São recursos que os deputados estaduais destinam para ações específicas dentro do orçamento do Estado. As emendas parlamentares são importantes porque permitem que os deputados destinem parte do orçamento para atender necessidades da população em diferentes regiões do Estado. Porém, é fundamental que o uso desse dinheiro seja feito com transparência, para garantir que os recursos públicos sejam aplicados corretamente e evitar irregularidades.

Em 2024, o valor total destinado aumentou, tanto em dinheiro quanto em relação ao tamanho do orçamento estadual. Em comparação a 2023, cresceu 30,5% representando 1,26% da receita prevista na Lei Orçamentária de 2024. Esse percentual está dentro dos limites permitidos pela Constituição.



No total, 288 instituições e entidades receberam esses recursos em 2024. Os valores variaram bastante, desde R\$50 mil até R\$9,7 milhões para cada beneficiário. Abaixo você confere os 10 maiores beneficiários, que juntos receberam R\$39,6 milhões, o que corresponde a 24,54% do total pago no ano.

1. **Instituto Cultural Saber e Arte (ICSA)** – R\$9,7 milhões
2. **Federação da Agricultura do Tocantins (FAET)** – R\$4,6 milhões
3. **Federação de Motociclismo do Estado do Tocantins** – R\$4,5 milhões
4. **Prefeitura de São Miguel do Tocantins** – R\$4,47 milhões
5. **Instituto IDESP** – R\$4,15 milhões
6. **ICAM – Instituto Cultural Amigos da Música** – R\$3,36 milhões
7. **Prefeitura de São Sebastião do Tocantins** – R\$2,55 milhões
8. **Fundo Municipal de Saúde de Sítio Novo do Tocantins** – R\$2,45 milhões
9. **Prefeitura de Sítio Novo do Tocantins** – R\$1,93 milhão
10. **Prefeitura de Porto Nacional** – R\$1,85 milhão



O Supremo Tribunal Federal (STF) já destacou a importância da transparência e da rastreabilidade das emendas. Em alguns casos, o STF chegou até a suspender a execução de emendas quando não havia regras claras sobre como elas estavam sendo usadas. A Corte determinou que devem existir medidas que garantam clareza sobre quem indicou a emenda, para onde o dinheiro foi enviado e como ele foi utilizado, inclusive no caso das chamadas “emendas Pix”, que são transferidas diretamente, sem passar por etapas intermediárias.

Por isso, o STF determinou que os dados das emendas precisam ser publicados em plataformas oficiais de transparência (como o Portal da Transparência e o Transferegov). As informações devem mostrar:

- o nome do parlamentar que indicou a emenda,
- quem recebeu os recursos,
- e qual foi o plano ou projeto beneficiado.



No caso das ONGs e outras entidades que recebem esses valores, **elas também precisam divulgar** no próprio site como o dinheiro foi aplicado, garantindo clareza para a sociedade.

Entretanto, no Tocantins, ao consultar o Portal da Transparência, não foram encontradas informações claras e fáceis de acessar sobre a aplicação das emendas Pix. Isso impede que a população acompanhe para onde o dinheiro está indo e se ele está sendo usado corretamente, o que contraria a Lei de Acesso à Informação.

O TCETO reconhece que as emendas parlamentares são legítimas e importantes para atender necessidades regionais. Porém, reforça que a execução dessas emendas deve seguir rigorosamente os princípios de transparência e controle social. A ausência de informações completas e acessíveis no Portal da Transparência dificulta a fiscalização e contraria tanto a lei quanto o entendimento do STF sobre a necessidade de rastrear esses recursos.



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO E PATRIMONIAL



Balanço orçamentário é um instrumento muito importante para entender como o dinheiro público foi administrado. Ele compara o que estava previsto no orçamento — tanto para arrecadação quanto para gastos — com o que realmente aconteceu durante o ano.



Com essas informações, é possível avaliar a saúde financeira do Estado, observar se houve gastos além do previsto, se a arrecadação foi suficiente e se houve equilíbrio entre receitas e despesas. **Esse controle ajuda a identificar problemas e tomar decisões mais assertivas para o futuro.**

CONTROLE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

O balanço orçamentário permite verificar se o governo gastou e arrecadou conforme o que estava planejado. Ou seja, ele mostra a diferença entre o que foi previsto e o que foi realizado. Quando existe diferença significativa, isso pode indicar desequilíbrios ou a necessidade de ajustes.

TRANSPARÊNCIA E AVALIAÇÃO DO GASTO PÚBLICO

Esse balanço é também um instrumento de transparência. Ele permite que a sociedade acompanhe como o dinheiro está sendo usado e avalie se os órgãos públicos estão sendo eficientes na hora de planejar e executar suas ações.



Guarde essa ideia

O balanço orçamentário mostra, de forma clara, a relação entre o dinheiro que o Estado arrecadou e o que ele gastou. Isso ajuda a entender se as contas estão equilibradas.

DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

São gastos que deveriam ter sido pagos em anos anteriores, mas que acabaram ficando para serem quitados depois. Isso pode acontecer quando há falhas no planejamento ou quando o Estado não tem recursos suficientes no momento em que a despesa surgiu. O ideal é que as despesas sejam registradas e pagas no mesmo ano, para evitar acúmulo, garantir transparência e manter o orçamento organizado.

Histórico recente do pagamento dessas despesas:



- Em **2021**, foram pagos **R\$869,6 milhões**.
- Em **2022**, o valor subiu para **R\$1 bilhão**.
- Em **2023**, foram pagos **R\$724,4 milhões**.
- Em **2024**, novamente **R\$1 bilhão** foi destinado a essas despesas.
- Já em **2025**, foram pagos **R\$443 milhões** em valores atrasados.

Despesas sem registro prévio:

Foi identificado que, em 2024, ocorreram despesas no valor de R\$46 milhões que não foram registradas previamente no orçamento. Elas acabaram sendo formalizadas depois, como dívida a pagar.



Por que isso é importante?

Em 2025, o TCETO verificou que R\$443 milhões foram pagos como Despesas de Exercícios Anteriores, mas esses valores não estavam incluídos no fechamento das contas do ano de 2024.



Por isso, o Tribunal recomenda que o Governo do Estado crie e cumpra um cronograma claro de pagamento dessas despesas, além de garantir que elas sejam registradas corretamente no orçamento do ano em que foram geradas.

O QUE É O BALANÇO PATRIMONIAL?

O **balanço patrimonial** é um documento que mostra a situação financeira e o patrimônio de um órgão público em um determinado período. Ele apresenta tudo o que o órgão possui (como bens, valores e direitos) e tudo o que ele deve (como dívidas e obrigações). A diferença entre o que tem e o que deve é chamada de patrimônio líquido.

Esse documento ajuda a entender se o órgão está financeiramente equilibrado, se possui condições de cumprir seus compromissos e como está o uso do seu patrimônio público.



AVALIAÇÃO DA SAÚDE FINANCEIRA

Com o balanço patrimonial, é possível avaliar se o órgão consegue pagar suas dívidas e fornecedores, ou seja, se ele está com suas contas em dia. Ele mostra se a gestão está saudável financeiramente ou se precisa de mais planejamento e ajustes.



PLANEJAMENTO FINANCEIRO

O balanço patrimonial também é usado para planejar o futuro. Ao identificar o que o órgão tem, o que ainda vai receber e o que precisa pagar, é possível:

- **reduzir dívidas,**
- **organizar melhor os recursos,**
- **e definir metas de curto, médio e longo prazo.**

Ele é uma ferramenta importante para garantir uma gestão pública mais eficiente e responsável.



Guarde essa ideia

O balanço patrimonial oferece uma visão geral da situação financeira e do patrimônio dos órgãos públicos.

SITUAÇÃO PATRIMONIAL DO TOCANTINS

O **balanço patrimonial** mostra quanto o Estado tem e quanto ele deve. **Em 2024, o total de bens, valores e direitos do Estado (o chamado ativo) foi de R\$17,97 bilhões.** Já o total das dívidas e obrigações (o passivo) somou R\$46,10 bilhões.

Quando comparamos o que o Estado possui com o que ele deve, o resultado é o chamado patrimônio líquido. Em 2024, esse patrimônio líquido foi negativo em R\$28,13 bilhões, o que significa que o Estado deve muito mais do que possui.

Comparando com o ano anterior:

- **Ativo em 2023:** R\$ 16,57 bilhões
- **Passivo em 2023:** R\$ 52,79 bilhões
- **Patrimônio líquido em 2023:** negativo em R\$ 36,32 bilhões



Ou seja, apesar de ainda estar no negativo, o Estado melhorou um pouco sua situação patrimonial de 2023 para 2024, reduzindo o déficit.

APONTAMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Mesmo com essa melhora, o Estado ainda apresenta grande desequilíbrio patrimonial. Os valores que ele deve são mais de 150% maiores do que os bens e direitos que possui. Isso mostra que a situação financeira ainda exige cuidado, especialmente com dívidas de longo prazo.

Por isso, o **Tribunal reforça a necessidade de:**

- **manter** políticas de controle de gastos (austeridade)
- **evitar criar novas dívidas** sem planejamento
- **acompanhar** de perto a sustentabilidade fiscal



O QUE SÃO OS PRECATÓRIOS?

Os precatórios são dívidas que o governo precisa pagar porque a Justiça reconheceu que alguém - uma pessoa, servidor, empresa ou entidade - tinha direito de receber um valor do Estado. Isso acontece quando o governo perde processos na Justiça.

Essas dívidas têm um impacto grande nas contas públicas, porque muitas vezes os valores são altos e se acumulam ao longo dos anos. Quando o governo precisa pagar precatórios, parte do dinheiro que poderia ser usado em áreas como saúde, educação e assistência social acaba sendo direcionado para quitar essas dívidas antigas.

COMO FUNCIONA A ORDEM DE PAGAMENTO

Os precatórios entram no orçamento e são pagos seguindo uma lista de prioridades, estabelecida por lei. Recebem prioridade, por exemplo:

- dívidas relacionadas à alimentação (como salários e pensões),
- idosos,
- pessoas com doenças graves,
- ou casos previstos em decisões judiciais específicas.

Ou seja, não é o governo que escolhe quem recebe primeiro. A ordem é definida pela legislação.

PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Como os valores são altos e o orçamento é limitado, o pagamento dos precatórios pode levar bastante tempo. Por isso, o governo precisa planejar com cuidado para conseguir pagar essas dívidas sem prejudicar o funcionamento dos serviços públicos.

Manter controle e organização dessas dívidas é essencial para garantir que o Estado cumpra o que foi determinado pela Justiça.



Guarde essa ideia

Os precatórios mostram o tamanho das dívidas do governo reconhecidas pela Justiça. Eles são um indicador importante para entender a saúde financeira e o compromisso do Estado com suas obrigações legais.

TIPOS DE PRECATÓRIOS E SITUAÇÃO ATUAL

Os precatórios representam diferentes tipos de dívidas que o governo é obrigado a pagar após decisões da Justiça. Essas dívidas podem estar relacionadas a salários de servidores, aposentadorias ou outros pagamentos atrasados a pessoas e empresas.

- **Precatórios de pessoal: Total de R\$ 356 milhões (36%).** Ligado principalmente a salários, indenizações e direitos de servidores públicos que foram reconhecidos pela Justiça.
- **Precatórios de benefícios previdenciários: Total de R\$ 28 milhões (3%).** Dívidas relacionadas a aposentadorias, pensões e outros benefícios pagos a servidores.
- **Precatórios de contas a pagar: Total de R\$ 615 milhões (61%).** Pagamentos a empresas, fornecedores ou cidadãos que prestaram serviços ou tinham valores a receber e só receberam após decisão judicial.

APONTAMENTOS IMPORTANTES

Foi constatado que o **Estado não registrou corretamente todas as dívidas que podem virar precatórios no futuro**. Ou seja, obrigações que podem resultar em pagamentos, mesmo aquelas que ainda estão em processo ou com possibilidade de recurso, não foram totalmente reconhecidas na contabilidade.



Isso é um problema porque:

- **dificulta saber o valor real da dívida do Estado,**
- **atrapalha o planejamento financeiro,**
- **e pode comprometer a transparência.**

Por isso, **o Tribunal recomenda que o governo:**

1. **Identifique** e **registre** corretamente essas obrigações, mesmo antes da sentença final;

2. **Classifique** os valores como:

provisões, quando há grande chance de pagamento, ou

passivos contingentes, quando o risco é menor;

3. Quando **não for possível registrar**, que **explique claramente o motivo nas notas explicativas, garantindo transparência e segurança nas informações contábeis.**



Em resumo

O Estado precisa melhorar a forma como reconhece e organiza suas dívidas judiciais para garantir transparência, planejamento e segurança financeira no futuro.

O QUE É UMA GESTÃO FISCAL EQUILIBRADA?

Significa administrar o dinheiro público de forma responsável, garantindo que o Estado consiga pagar suas contas e manter os serviços funcionando, sem criar dívidas desnecessárias. Isso envolve acompanhar de perto como as despesas evoluem ao longo do tempo - especialmente gastos com salários, benefícios e custeio - e controlar o nível de endividamento.

Quando o governo planeja bem seus gastos e adota políticas para evitar desperdícios, ele fortalece a transparência e a saúde financeira do Estado.



PLANEJAMENTO E RESPONSABILIDADE FISCAL

Para manter essa saúde financeira, o governo precisa analisar suas contas a curto, médio e longo prazo. Assim, consegue saber se terá condições de cumprir suas obrigações, principalmente aquelas que são fixas e contínuas, como o pagamento da folha salarial dos servidores.

TRANSPARÊNCIA E AVALIAÇÃO DO GASTO PÚBLICO

Essas informações precisam ser claras e acessíveis. Quando os gastos são transparentes, a sociedade e os órgãos de controle conseguem saber:

- se o **dinheiro público** está sendo **usado de forma correta**;
- se o **planejamento** está sendo **realizado de maneira eficiente**; e
- qual é o **nível de endividamento** do Estado.

Transparência fortalece a confiança da população e permite melhor fiscalização.





Guarde essa ideia

A análise da gestão fiscal mostra como as dívidas públicas evoluem ao longo do tempo e se o Estado está conseguindo manter suas contas equilibradas.

RENÚNCIA DE RECEITA

Acontece quando o Estado decide abrir mão de receber parte de seus recursos, geralmente para conceder benefícios fiscais, como isenção ou redução de impostos. Essas medidas costumam ser adotadas para incentivar setores da economia, atrair empresas, gerar empregos ou estimular determinadas atividades.

Valores previstos:

- **Para 2024**, a previsão de renúncia de receitas é de **R\$1,708 bilhão**.
- **Para 2025**, a previsão é de **R\$1,801 bilhão**.
- **Para 2026**, o valor estimado sobe para **R\$1,898 bilhão**.

Isso mostra que, pelos próximos anos, o Estado continuará abrindo mão de parte da arrecadação.

APONTAMENTOS DO TRIBUNAL DE CONTAS

1. **Falta de explicação clara sobre compensação.**

- O documento apresentado não detalha quais medidas serão adotadas para compensar a perda dessas receitas. Apesar disso, foi informado que as renúncias foram consideradas no planejamento do orçamento anual.

2. **Renúncias antigas precisam ser reavaliadas.**

- Grande parte dos benefícios fiscais em vigor vem de leis antigas, de mais de 20 anos. Benefícios desse tipo deveriam ter prazo e objetivo claro, e não serem mantidos indefinidamente sem avaliação.

O Estado precisa analisar se esses incentivos ainda trazem benefícios reais para a sociedade — como geração de emprego, investimentos ou serviços — e se ainda compensam a perda de arrecadação.

Por isso, o **Tribunal recomenda:**

- **Monitoramento contínuo** das renúncias fiscais
- **Avaliação transparente** dos resultados
- **Garantia de que as contrapartidas estejam sendo cumpridas**



Guarde essa ideia

Renúncia de receita não é “dinheiro perdido”, mas um investimento que precisa ser acompanhado para saber se realmente traz retorno para a população.

LIMITES DE GASTO

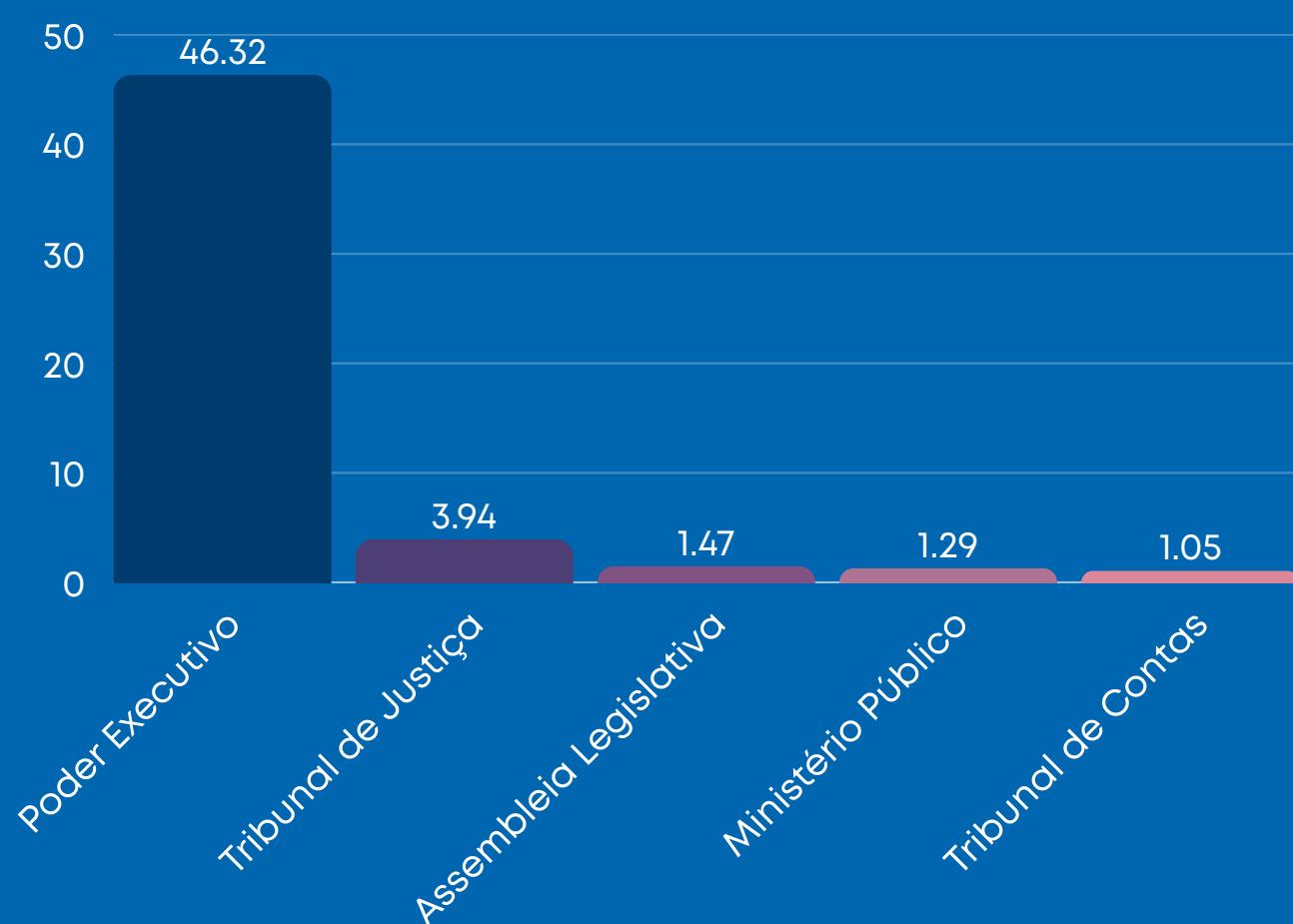


DESPESA COM PESSOAL

O gráfico mostra como o Estado do Tocantins utilizou sua receita para pagar salários e outras despesas relacionadas a servidores públicos em 2024. A lei estabelece um limite máximo para o quanto o governo pode gastar com pessoal, para evitar desequilíbrio financeiro.

No ano de 2024, **o Estado gastou 54,06% da Receita Corrente Líquida ajustada com pessoal**. Esse percentual ultrapassa o **limite de alerta, que é 54%**, mas ainda está **abaixo do limite prudencial (57%)** e do **limite máximo (60%)**. Ou seja, **é um sinal de atenção: o gasto está alto e precisa ser acompanhado de perto**.

Distribuição dos gastos por poder e órgão



Esses órgãos **estão dentro dos limites**, mas precisam continuar monitorando seus gastos para manter o equilíbrio.

APONTAMENTOS DO TRIBUNAL DE CONTAS

1. Mesmo não ultrapassando o limite máximo, o Estado já atingiu um ponto de alerta nos gastos com pessoal. Por isso, o Tribunal recomenda ações de contenção, como reorganizar cargos, rever despesas e evitar aumentar a folha sem planejamento.
2. Como o Poder Executivo concentra a maior parte da despesa, é onde o controle deve ser mais rígido. Os demais poderes, embora em situação confortável, também precisam acompanhar constantemente suas despesas para não ultrapassar os limites.



Guarde essa ideia

Quanto maior o gasto com pessoal, menor a capacidade do Estado de investir em saúde, educação, infraestrutura e políticas sociais. Por isso, manter o equilíbrio é essencial.



DÍVIDA CONSOLIDADA DO TOCANTINS

É o total das dívidas que o Estado ainda precisa pagar ao longo dos anos, como financiamentos, empréstimos e contratos de longo prazo. Em 2024, a dívida consolidada do Tocantins chegou a R\$4,02 bilhões, o que representa um aumento de 17,67% em relação a 2023.

Mesmo com esse aumento, o valor ainda está dentro do limite legal, que permite que o Estado tenha uma dívida até duas vezes maior que a sua Receita Corrente Líquida Ajustada (RCL). Porém, a proporção da dívida em relação às receitas cresceu de 26,13% para 27,47%, sinalizando que é preciso acompanhar essa evolução de forma cuidadosa.

A maior parte da dívida do Estado vem de **empréstimos** e **financiamentos**:

- **R\$3,56 bilhões** no total, sendo:
 - **R\$2,24 bilhões** de financiamentos dentro do país,
 - **R\$1,32 bilhão** de financiamentos internacionais.

APONTAMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Mesmo que os limites legais estejam sendo respeitados, o ritmo de crescimento da dívida precisa ser observado com muita atenção. Se esse aumento continuar, a capacidade do Estado de investir em áreas sociais, infraestrutura ou atendimento à população pode ficar reduzida.

Além disso, em cenários de:

- **queda de arrecadação,**
- **crise econômica,**
- ou **restrição de crédito,**

o Estado pode enfrentar dificuldades para honrar compromissos.



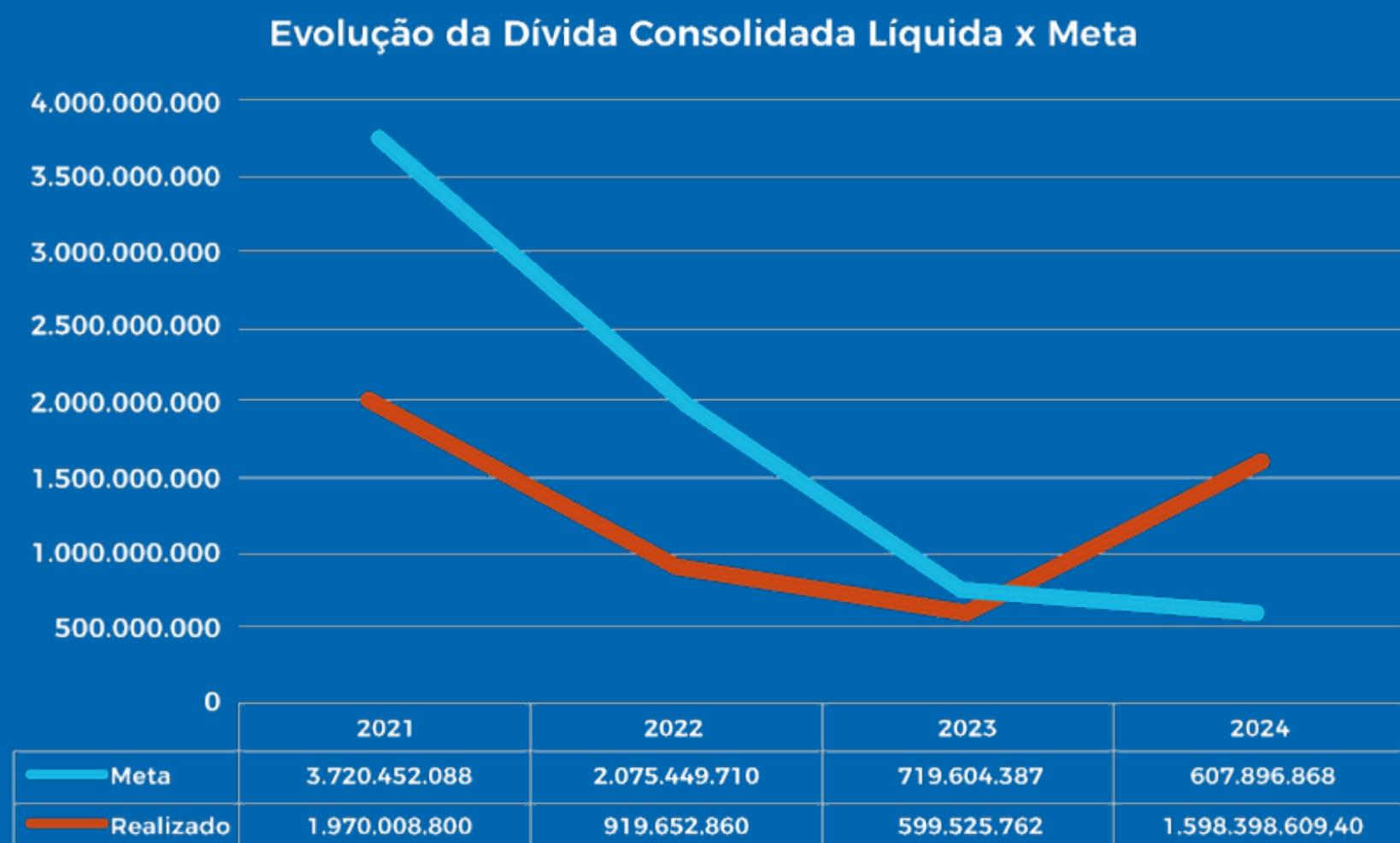
Guarde essa ideia

O problema não é apenas o tamanho da dívida, mas a velocidade com que ela cresce. Quanto mais rápido aumenta, maior o cuidado que o governo precisa ter na gestão das contas públicas.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

O gráfico mostra como a Dívida Consolidada Líquida do Estado evoluiu entre 2021 e 2024 em comparação com as metas previstas no orçamento. De 2021 até 2023, os valores realizados ficaram abaixo das metas estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Ou seja, durante esses anos, o Estado conseguiu manter a dívida dentro do limite planejado.

No entanto, em 2024, houve uma mudança importante: a dívida consolidada líquida cresceu de forma significativa, apresentando um aumento de 162,9%. Esse crescimento inverteu a tendência de redução que vinha acontecendo nos anos anteriores.



O que isso significa?

Esse aumento mostra que existe uma fragilidade entre o que foi planejado e o que de fato aconteceu na execução do orçamento. Isso também revela que o cenário fiscal de 2024 foi diferente dos anos anteriores — indicando:

- aumento de dívidas,
- redução de folga financeira,
- e necessidade de maior controle nos próximos anos.

APONTAMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS

O Tribunal destaca que essa discrepância entre a meta e o resultado real demonstra a importância de:

- acompanhar de perto a evolução da dívida,
- revisar políticas e estratégias financeiras,
- e fortalecer o planejamento fiscal.

Se essa tendência de aumento da dívida continuar, ela pode comprometer a estabilidade das contas do Estado no médio prazo.



Guarde essa ideia

O problema não está apenas no valor da dívida, mas no ritmo de crescimento dela. Quanto mais rápido ela cresce, maior é a necessidade de cuidado na gestão do orçamento público.

RESULTADO PRIMÁRIO E RESULTADO NOMINAL

O resultado primário mostra se o Estado conseguiu arrecadar o suficiente para pagar suas despesas do dia a dia, sem contar os juros da dívida. A meta estabelecida era alcançar um superávit de R\$236 milhões, ou seja, terminar o ano com esse valor positivo. Mas, na prática, o Estado registrou um déficit de R\$85 milhões. Isso significa que gastou mais do que arrecadou e, por isso, não cumpriu a meta fiscal prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Já o resultado nominal considera toda a dívida pública, incluindo juros e atualização monetária. Em 2024, o resultado nominal ficou negativo em R\$998 milhões. Esse valor é 203,59% acima da meta, que era um déficit de R\$490 milhões. Ou seja, o Estado terminou o ano mais endividado do que estava previsto, considerando o ritmo de crescimento da dívida.

O que isso significa?

- O Estado **não conseguiu cumprir suas metas fiscais** para o ano de 2024.
- Isso mostra que o ritmo de despesas ficou **acima da arrecadação**, e que o crescimento da dívida exigirá **maior cuidado e planejamento nos próximos anos**.

Esses resultados reforçam a importância de:

- **ajustar gastos,**
- **melhorar a eficiência da arrecadação,**
- **planejar investimentos com responsabilidade,**
- e **acompanhar de perto o crescimento da dívida pública.**



Guarde essa ideia

Resultado negativo = menos espaço para investimentos em saúde, educação, infraestrutura e políticas sociais. Quando o Estado gasta mais do que arrecada, sobra menos para melhorar serviços à população.

LIMITES EM GASTOS EM ÁREAS SOCIAIS E OS SEUS RESULTADOS?

A Constituição Federal e outras leis determinam que os governos precisam investir uma quantia mínima de recursos em áreas sociais importantes, como saúde e educação. Cada nível de governo — federal, estadual e municipal — tem um percentual mínimo que deve ser cumprido todos os anos.

Esse acompanhamento é importante porque mostra se o governo está garantindo acesso da população a serviços essenciais. Quando o Estado investe de forma adequada em áreas como saúde e educação, mais pessoas conseguem utilizar serviços de melhor qualidade. Esses investimentos ajudam no desenvolvimento das pessoas, melhoram a qualidade de vida, aumentam a produtividade e contribuem para reduzir desigualdades sociais.

Além disso, a existência desses limites mínimos ajuda no planejamento e na organização dos gastos públicos. Isso significa que o governo tem uma referência de quanto deve investir nessas áreas, o que traz mais segurança e clareza para a tomada de decisões ao longo do ano.

A **Constituição Federal determina que os Estados devem investir no mínimo 25% da receita obtida com impostos na manutenção e desenvolvimento da educação.** No ano analisado, o governo do Tocantins cumpriu esse percentual, aplicando 25,21%, o que representa R\$3 bilhões e 324 milhões destinados às ações educacionais.

Além disso, existe o **FUNDEB**, um fundo que reúne recursos do Estado e dos Municípios para financiar a educação básica. Por lei, **70% do FUNDEB devem ser usados para pagar a remuneração dos professores.** O Estado aplicou 76,14%, ou seja, R\$1 bilhão e 72 milhões, cumprindo e superando o mínimo exigido.

Do total do **FUNDEB**, o gasto geral chegou a 99,84%, totalizando R\$1,4 bilhão, o que mostra que quase todo o recurso destinado à educação básica foi realmente utilizado.

Sobre o ensino superior, havia uma previsão de que o governo investisse pelo menos 1% da receita nessa área. Esse limite também foi cumprido, com o gasto correspondente a 1,18%, equivalente a R\$134 milhões.



Guarde essa ideia

Analisar os limites mínimos de gastos permite entender melhor como o governo está cuidando das áreas sociais consideradas estratégicas.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE

O Estado do Tocantins possui um Plano Estadual de Educação (PEE) que estabelece metas e estratégias para o período de 2015 a 2025. No entanto, o relatório de gestão apresentado pelo governo não esclarece se essas metas estão sendo cumpridas ou de que forma os programas estão sendo acompanhados. Ou seja, os recursos foram aplicados, mas não há clareza sobre os resultados e impactos na qualidade da educação.

GASTOS COM ÁREAS ESSENCIAIS





EDUCAÇÃO NO TOCANTINS

O **IDEB** é um indicador que mede a qualidade da educação, levando em conta o aprendizado dos alunos e o fluxo escolar (aprovação e reprovação). No Tocantins, os dados recentes mostram que houve melhoria apenas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, ou seja, do 1º ao 5º ano, entre 2021 e 2023. Nessa etapa, o desempenho subiu de 5,5 para 6,2, indicando avanço na aprendizagem das crianças e nos resultados da rede escolar.

Por outro lado, os anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e o Ensino Médio não tiveram progresso no mesmo período. Esses níveis permaneceram praticamente parados, sem atingir as metas nacionais de qualidade. No Ensino Médio, por exemplo, o IDEB ficou em torno de 4,1, mostrando que os estudantes dessa etapa continuam enfrentando dificuldades.



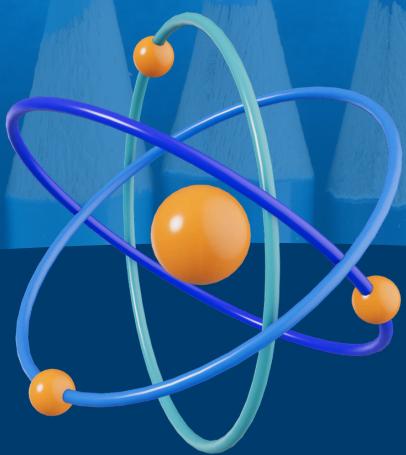
O que isso significa?

Esse cenário mostra que, embora a aprendizagem inicial esteja avançando, há um desafio importante nos anos finais e no Ensino Médio, onde os alunos passam por conteúdos mais complexos e podem estar enfrentando dificuldades maiores.



AÇÃO DO ESTADO

Para enfrentar esse problema, foi criado recentemente o **SAETO – Sistema de Avaliação da Educação do Tocantins**, que vai medir de forma mais constante o desempenho dos estudantes e das escolas. Os resultados desse novo sistema deverão aparecer e ser analisados nas próximas prestações de contas.



CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO TOCANTINS

Por lei, o Estado do Tocantins deve incentivar a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico e a formação de profissionais nessa área. A própria Constituição Estadual determina que o governo invista pelo menos 0,5% da arrecadação com impostos em ações de ciência e tecnologia.

No entanto, no período analisado, o gasto realizado foi de apenas 0,42%, totalizando R\$22,6 milhões. Isso significa que o Estado não cumpriu o mínimo obrigatório.

Além disso, esse descumprimento não é um caso isolado. Ele já havia sido apontado nos relatórios de prestação de contas dos anos de 2021, 2022 e 2023. Esse histórico mostra que a área de ciência e tecnologia não tem recebido a prioridade necessária pelo governo.

Esse baixo investimento ajuda a explicar porque o Tocantins aparece em posições desfavoráveis nos rankings nacionais de inovação. Também indica que o Estado ainda não reconhece a importância estratégica dessa área para o desenvolvimento econômico, geração de empregos e atração de novas indústrias.



SAÚDE NO TOCANTINS

A Constituição Federal determina que os Estados precisam investir no mínimo 12% da sua arrecadação de impostos, junto com as transferências recebidas da União, em ações e serviços públicos de saúde. Esse cálculo considera o que o Estado realmente aplica diretamente na saúde, descontando repasses feitos aos municípios.

No período analisado, o **Tocantins investiu 17,37%, o que corresponde a R\$2 bilhões e 291 milhões**. Portanto, o Estado cumpriu o mínimo necessário, aplicando um percentual superior ao exigido pela lei.

É possível observar a evolução desse percentual ao longo dos últimos anos. Entre 2019 e 2024, houve oscilações, mas o investimento ficou acima do valor mínimo durante esse período, destacando 2023 com o maior índice (18,19%).



Apesar do cumprimento financeiro, a análise de resultados mostra que nem todas as metas da saúde foram alcançadas em 2024. Houve bons desempenhos principalmente na:

- **atenção primária (como consultas básicas, vacinação, prevenção)**
- **saúde materno-infantil (atenção a gestantes e crianças)**
- **assistência hospitalar e ambulatorial**

Essas áreas conseguiram atingir a maior parte dos seus objetivos. Porém, metade das demais metas previstas para 2024 não foi totalmente alcançada, indicando que ainda há desafios na oferta de serviços de qualidade e acesso para a população.

PREVIDÊNCIA NO TOCANTINS

A previdência dos servidores públicos do Tocantins é organizada em dois tipos de plano: o **Plano Previdenciário (capitalização)** e o **Plano Financeiro (repartição simples)**.



No Plano Previdenciário, que funciona como uma poupança para garantir o pagamento das aposentadorias futuras, o Estado arrecadou R\$492 milhões e 424 mil e gastou R\$39 milhões. Isso resultou em um saldo positivo de R\$452 milhões, ou seja, houve mais entrada do que saída.

Já no Plano Financeiro, que paga as aposentadorias e pensões atuais com o dinheiro que entra no próprio ano, as receitas foram de R\$1 bilhão e 269 milhões, enquanto as despesas chegaram a R\$1 bilhão e 288 milhões. Isso gerou um saldo negativo de R\$18 milhões, indicando que o plano gastou mais do que arrecadou.

AVALIAÇÃO ATUARIAL

Uma empresa especializada fez uma avaliação técnica da previdência em 31 de dezembro de 2023, para verificar se os recursos serão suficientes para pagar os benefícios no futuro. O resultado mostrou:

- Plano Previdenciário: superávit de R\$4 bilhões e 665 milhões – ou seja, há reserva suficiente para cobrir as aposentadorias previstas.
- Plano Financeiro: déficit de R\$30 bilhões e 778 milhões – o que revela um grande desequilíbrio no pagamento das aposentadorias e pensões atuais ao longo do tempo.

REPASSE AO IGEPREV

O Ministério da Previdência apontou que o Estado deixou de repassar R\$309,8 milhões ao Instituto de Previdência - IGEPREV.

Por outro lado, o sistema estadual SADIPEN indicou que essa diferença seria de R\$116 milhões. Ou seja, há divergência entre os valores, que precisa ser esclarecida.

SITUAÇÃO ATUAL

O Estado do Tocantins possui um sistema próprio de previdência dos servidores públicos. Esse sistema é dividido em duas partes:

- 1. Plano Previdenciário (capitalização)** – funciona como uma reserva financeira para garantir os benefícios futuros.
- 2. Plano Financeiro (repartição simples)** – usa os recursos que entram atualmente para pagar aposentadorias e pensões já concedidas.

REPASSE AO IGEPREV

Nos últimos cálculos, o Plano Previdenciário apresentou um resultado positivo de R\$4 bilhões e 665 milhões. Além disso, também foi registrado um ganho financeiro de aproximadamente R\$14,7 milhões, valor que corresponde a cerca de 32% da folha de contribuição dos servidores ativos.

Já o Plano Financeiro segue apresentando dificuldades. Ele tem uma projeção de déficit de R\$31 bilhões e 257 milhões, o que significa que, ao longo do tempo, o valor necessário para pagar os benefícios será muito maior do que o dinheiro disponível.

APONTAMENTO FINAL

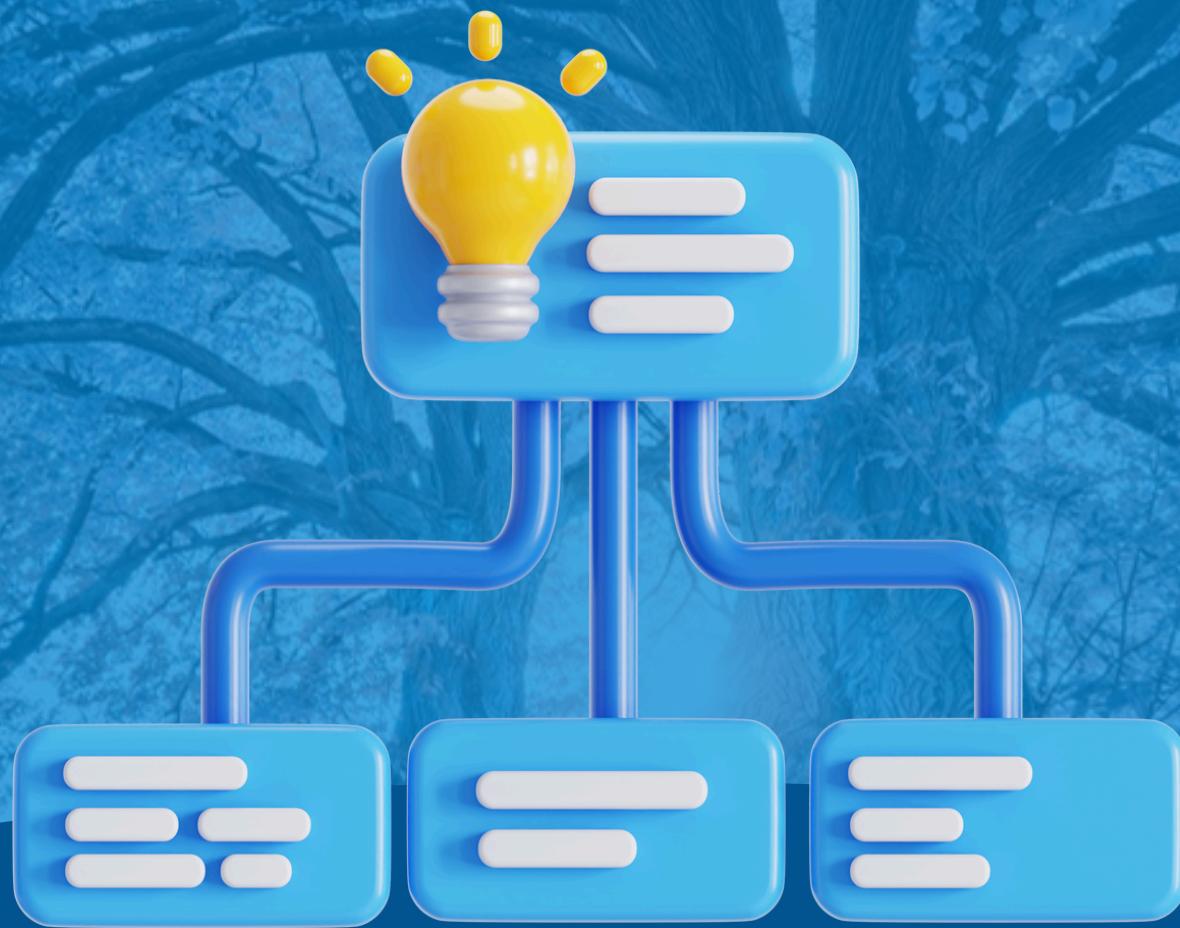
Apesar da avaliação atuarial apresentar resultados consistentes, a base de dados dos beneficiários do sistema de previdência ainda tem inconsistências e precisa ser revisada pelo IGEPREV para garantir mais segurança e transparência.



PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (RPC/TO)

Além disso, existe o Regime de Previdência Complementar, que vale para os servidores que começaram a trabalhar no Estado em cargos efetivos a partir de 4 de julho de 2023. Esse plano será administrado pela BBPrev Brasil, ligada ao Banco do Brasil.

Porém, no relatório de 2024, não foram encontradas informações completas sobre como esse novo regime está sendo implantado. Também não ficou claro se foram separados valores para possíveis devoluções de contribuições relacionadas ao regime anterior.



APONTAMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS

O Tribunal de Contas do Tocantins avaliou o trabalho do IGEPPREV e verificou que:

- Já havia recomendações feitas desde 2021.
- Essas recomendações ainda não foram plenamente cumpridas.
- A prestação de contas de 2024 não apresentou um relatório detalhado sobre o atendimento dessas recomendações.

Por isso, **o Tribunal determinou que o Governo do Estado e a gestão do IGEPPREV preparem e enviem um relatório explicando:**

- O que já foi cumprido
- O que ainda falta fazer
- Quais medidas serão adotadas para ajustar o sistema de previdência.

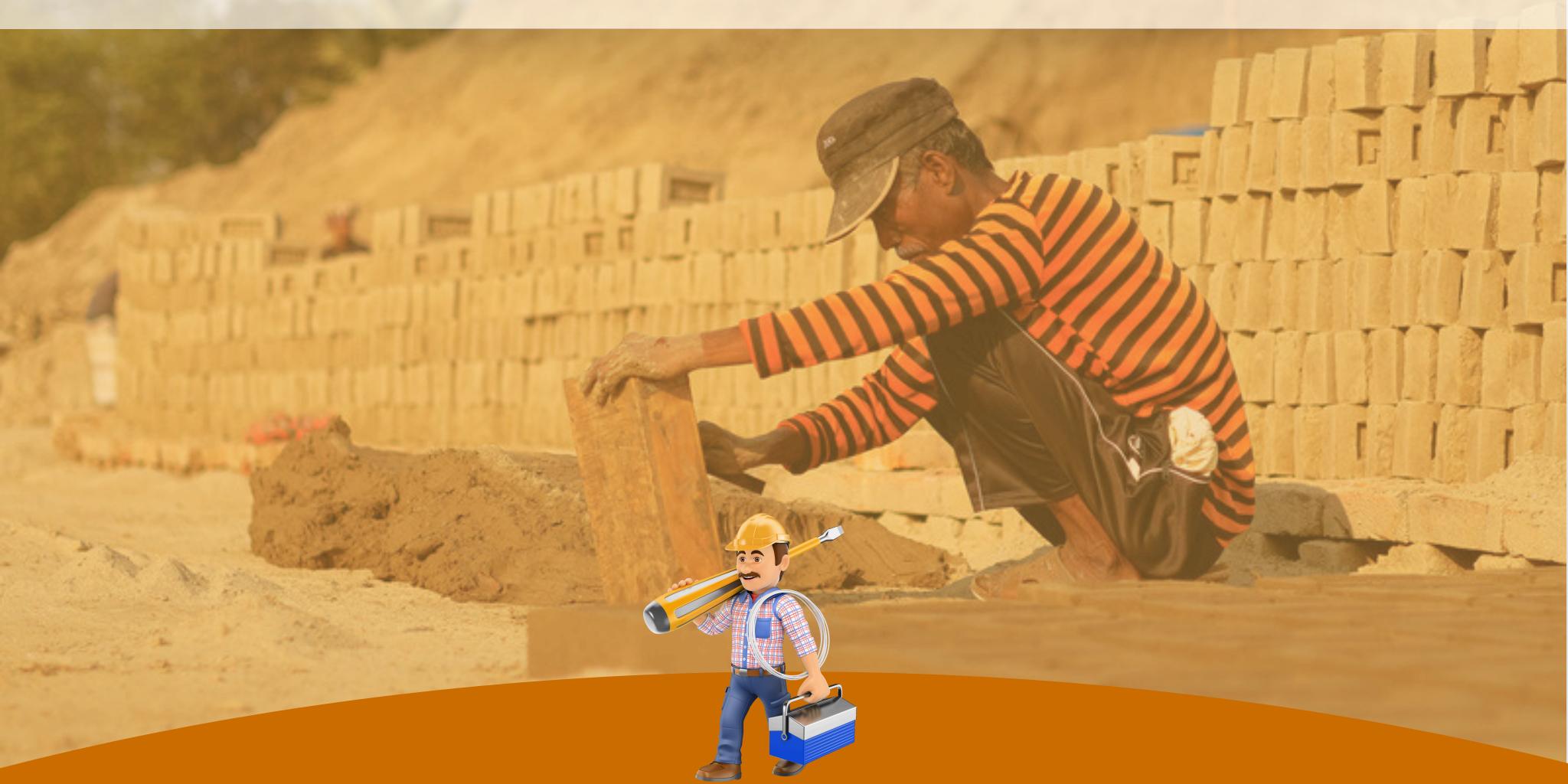


SITUAÇÃO DAS OBRAS NO ESTADO

Em 2024, o Estado do Tocantins registrou R\$684 milhões em obras que estão paradas ou não foram concluídas. Desse total, R\$555 milhões são obras do Poder Executivo, o que representa 81% de todas as obras paralisadas.

No orçamento do Estado, estavam previstos R\$548 milhões para dar andamento a essas obras. Porém, apenas 32% desse valor foi realmente executado, ou seja, apenas R\$174 milhões foram investidos na prática.

Além disso, o Estado possui diversas obras em andamento, distribuídas entre diferentes órgãos e secretarias. A maior parte está sob responsabilidade da Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura, que representa 64% das obras em execução, enquanto o restante se distribui entre Justiça, Educação, Saúde e outras áreas.



APONTAMENTOS IMPORTANTES

Diante do grande volume de obras inacabadas, o Tribunal de Contas recomenda que o Governo não inicie novos projetos, pelo menos enquanto:

- As obras já iniciadas não forem concluídas,
- E enquanto não houver cuidado adequado com a manutenção de equipamentos e prédios públicos já existentes.

Também foi observado que existem falhas nos dados das obras registradas no sistema de controle do Estado. Essas inconsistências dificultam saber com clareza o andamento, os custos e a situação real das obras. **A falta de atualização compromete a transparência e prejudica o acompanhamento pela sociedade.**

APONTAMENTOS DO TCETO ✓



MELHORIAS NECESSÁRIAS

No modelo atual de prestação de contas do Estado, há alguns problemas importantes. Como o foco principal está nos números financeiros e nos registros contábeis, a linguagem usada é muito técnica, o que acaba tornando essas informações difíceis de entender para a maioria das pessoas.

Além disso, a prestação de contas costuma medir apenas bens físicos (como prédios, veículos e equipamentos) e o dinheiro disponível, sem considerar outras dimensões importantes da administração pública. Isso faz com que seja difícil avaliar realmente o desempenho dos serviços e dos setores do governo, bem como o impacto das ações na vida da população.

Outro problema é que as informações são organizadas olhando mais para o passado, registrando ações realizadas, mas sem mostrar claramente como essas ações se conectam com objetivos e planejamentos futuros.



O QUE PRECISA MUDAR?

Para melhorar a transparência, é necessário traduzir as informações técnicas para uma linguagem mais simples, acessível e organizada para a sociedade. Isso pode ser feito usando tópicos, gráficos, ilustrações e comparações que facilitem a compreensão.

A prestação de contas também deve focar nos resultados, isto é, mostrar como os programas de governo estão gerando melhorias e benefícios reais para a população, em vez de apenas listar despesas e receitas.

Além disso, essas informações devem ser apresentadas junto com o planejamento de curto, médio e longo prazo. Assim, o cidadão consegue entender não só o que já foi feito, mas também o que o governo está planejando para o futuro e como isso vai impactar sua vida.

